

AB Concessões S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	16

Relatório da Administração 2022

AB Concessões S.A.

A AB Concessões está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Os relatórios individuais de cada Concessionária do Grupo AB Concessões estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos sítios eletrônicos de relações com investidores das respectivas Companhias.

Destaques do ano de 2022

1. Desempenho Financeiro e Operacional das Concessionárias (100% Controladas)

Rodovias das Colinas

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2022 teve um aumento de 17,8% em relação ao ano de 2021, o valor foi de R\$ 733.187 mil.

A receita líquida¹ no ano de 2022 foi de R\$ 678.514 mil (+17,8%).

O tráfego da Companhia em 2022 foi de 61.806 mil de eixos equivalentes², volume 6,9% acima do tráfego registrado no ano de 2021.

O EBITDA ajustado³ da Companhia foi de R\$ 558.621 mil no ano de 2022 (+32,6%).

O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 9,0% em 2022.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 62,2% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes.

O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 60,5% do seu tráfego representado por eixos pesados.

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 59,5% do seu tráfego total.

Em 2022, a tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 11,86, o que representa um crescimento de 10,2% em relação ao ano de 2021.

Triângulo do Sol

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2022 foi de R\$ 745.236 mil, 23,4% acima do observado em 2021 (R\$ 603.836 mil).

A receita líquida⁵ em 2022 foi de R\$ 699.007 mil (+23,6%).

O tráfego da Companhia em 2022 foi de 49.007 mil de eixos equivalentes⁶, ante 43.629 mil em 2021 (+12,3%).

O EBITDA ajustado⁷ em 2022 foi de R\$ 493.559 mil, contra R\$ 371.142 mil em 2021 (+33,0%).

O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no quarto trimestre de 2022 foi de 5,6% em relação ao 4T21. No comparativo anual, o aumento foi de 13,9%.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,8% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

A tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 15,21, o que representa um crescimento de 9,9% em relação à média do ano de 2021.

Nascentes das Gerais

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2022 aumentou 13,7% em relação ao ano de 2021, alcançando R\$ 180.984 mil.

A receita líquida⁵ no ano de 2022 foi de R\$ 183.701 mil (+13,3%).

O tráfego da Companhia em 2022 foi de 24.954 mil de eixos equivalentes⁶, volume 3,0% maior que o tráfego registrado no ano de 2021.

O EBITDA ajustado⁷ em 2022 foi de R\$ 127.448 mil (+31,0%).

O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

⁴ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

⁵ Exclui as Receitas de Construção

⁶ Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

⁷ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

2. Investimentos

No ano de 2022, as Concessionárias controladas pela AB Concessões realizaram os seguintes investimentos:

Rodovias das Colinas

Em 2022, a Concessionária vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

Triângulo do Sol

Após a conclusão dos investimentos em ampliações, a Triângulo do Sol vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

Nascentes das Gerais

No ano de 2022, a Concessionária Nascentes das Gerais continua seu processo de incremento de seus investimentos na Rodovia de forma a torna-la mais segura, confortável e com plenas condições de trafegabilidade para todos os seus usuários, destacando-se a prioridade de torna-la mais segura. Neste sentido, concluiu-se no ano de 2022 importantes investimentos no polo Divinópolis já disponibilizados para utilização pelos usuários, destacando-se implantação de duplicação, dispositivos de entroncamento e correção de curvas situados entre o km 115,2 ao km 117,75. Destaca-se também no polo de Divinópolis a execução de obras de duplicações e dispositivos de entroncamentos situados entre o km 117,75 ao km 121, com previsão de entrega para o primeiro trimestre de 2023, sendo que as marginais e contorno urbano sentido São Paulo implantado já foi disponibilizado para utilização dos usuários.

Também foram executadas em 2022 obras importantes nos municípios de Piumhi, Itaú de Minas e São Sebastião do Paraíso, correspondendo a valores de investimentos significativos que envolvem a implantação de duplicações, travessias e contornos urbanos. A previsão de entregas das obras e liberação para utilização pelos usuários será no primeiro trimestre de 2023.

3. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

4. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No “Comunidade na Via” são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
AB Concessões S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foi estendido para 30 de abril de 2023 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 26. Em 14 de outubro de 2022, foi declarada a licitante vencedora da concorrência pública para exploração do sistema rodoviário Lote Noroeste, onde se encontra o trecho atual da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. Contudo, conforme descrito na referida nota, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente. Caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva

Contadora CRC 1SP252905/O-2

AB CONCESSÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	689	18.087	622.264	572.088	Debêntures	10	-	-	451.102	202.457
Contas a receber	5	-	-	106.586	99.518	Passivo de Arrendamento		1.049	659	3.036	2.195
Contas a Receber de Partes Relacionadas	11	3.673	1.877	-	-	Fornecedores		4.004	3.471	83.155	71.206
Tributos e encargos a recuperar	6	773	982	15.528	15.665	Contas a pagar com Partes Relacionadas	11	-	167	635	802
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	68.820	66.292	Debêntures com partes relacionadas	11	107.712	174.783	-	-
Dividendos a receber	11	358.728	111.949	-	-	Obrigações fiscais	13	2.100	71	26.353	17.173
Outros ativos		1.069	1.077	21.063	15.573	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	28.285	15.383	118.879	86.365
Total do ativo circulante		364.932	133.972	834.261	769.136	Credor pela concessão	12	-	-	3.870	3.402
						Obrigações sociais e trabalhistas		10.354	8.649	27.383	23.735
						Provisão para manutenção e investimentos	15	-	-	136.223	104.314
						Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	60.820	50.160
						Outras contas a pagar		515	422	16.235	11.795
						Total do passivo circulante		154.020	203.605	927.689	573.604
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Debêntures com partes relacionadas	11	1.616.905	2.135.250	1.616.905	2.135.250	Debêntures	10	-	-	1.240.948	1.638.004
Contas a receber	5	-	-	69.352	69.251	Passivo de Arrendamento		2.078	2.176	2.600	4.522
Dividendos a receber	11	5.785	5.785	-	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	5.653	5.654	332.860	323.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	32.972	25.298	328.855	277.511	Provisão para manutenção e investimentos	15	-	-	91.427	92.703
Tributos e encargos a recuperar	6	-	-	70.373	70.373	Dividendos a pagar	11	191.243	191.243	191.243	191.243
Depósitos e bloqueios judiciais	14	97.528	74.420	496.334	350.897	Obrigações fiscais	13	89.262	68.532	132.162	124.089
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	54.011	Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	1.292.633	1.132.697	-	-
Outros Ativos		131	130	29.337	22.976	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	277.488	323.735
Total do realizável a longo prazo		1.753.320	2.240.883	2.611.155	2.980.269	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	46.237
						Total do passivo não circulante		1.580.868	1.400.302	2.268.728	2.744.497
Investimentos	7	2.004.778	1.936.032	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado		4.312	3.969	4.328	4.027	Capital social	16	738.653	738.653	738.653	738.653
Intangível	9	1.409	1.285	2.021.559	2.123.970	Reserva de capital		1.791.591	1.791.591	1.791.591	1.791.591
Ativo Contratual	9	-	-	116.468	149.723	Reserva de lucros		-	184.606	-	184.606
Direito de uso		3.127	2.616	5.636	5.826	Prejuízos acumulados		(133.254)	-	(133.254)	-
Total do ativo não circulante		3.766.945	4.184.785	4.759.147	5.263.815	Total do patrimônio líquido		2.396.990	2.714.850	2.396.990	2.714.850
TOTAL DO ATIVO		4.131.877	4.318.757	5.593.408	6.032.951	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.131.877	4.318.757	5.593.408	6.032.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	-	-	1.709.393	1.374.197
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	-	-	(706.174)	(610.376)
RESULTADO BRUTO		-	-	1.003.219	763.821
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	18	(17.826)	(27.257)	(273.834)	(434.247)
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber		-	-	(1.984)	(3.339)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	11	(518.345)	(34.648)	(518.346)	(34.648)
Resultado de equivalência patrimonial	7	468.094	148.632	(26.401)	(15.854)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	104	181	23.312	12.245
Total		(67.973)	86.908	(797.252)	(475.843)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(67.973)	86.908	205.967	287.978
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	19	27.562	20.739	269.369	94.627
Despesas financeiras	19	(203.105)	(90.565)	(458.543)	(235.791)
Total		(175.543)	(69.826)	(189.174)	(141.164)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(243.516)	17.082	16.793	146.814
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	8	(99.577)	(39.378)	(449.803)	(276.634)
Diferidos	8	7.674	4.800	97.591	112.324
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(335.419)	(17.496)	(335.419)	(17.496)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	20	(1.602,93)	(83,61) #	(1.602,93)	(83,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(335.419)	(17.496)	(335.419)	(17.496)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(335.419)</u>	<u>(17.496)</u>	<u>(335.419)</u>	<u>(17.496)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15	738.653	1.791.591	47.171	154.931	-	2.732.346
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(17.496)	(17.496)
Transferência para lucros retidos					(17.496)	17.496	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	15	738.653	1.791.591	47.171	137.435	-	2.714.850
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(335.419)	(335.419)
Ajuste de exercícios anteriores - reflexo de controladas	7	-	-	-	-	17.560	17.560
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	(47.171)	(137.435)	184.606	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	15	738.653	1.791.591	-	-	(133.254)	2.396.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício		(335.419)	(17.496)	(335.419)	(17.496)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(7.674)	(4.800)	(97.591)	(112.324)
Depreciação e amortização	9 e 18	1.667	1.750	300.239	465.519
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		518.345	34.648	518.345	34.648
Juros sobre debêntures e mútuos com partes relacionadas	11	153.314	60.961	(26.401)	(13.519)
Juros sobre debêntures e instrumentos financeiros	19 e 21	-	-	239.378	175.328
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	15	-	-	119.447	81.312
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	2.285	6.496	54.058	135.596
Provisão para perda esperada - Contas a receber		-	-	1.984	3.339
Baixa do ativo intangível	9	-	-	9	199
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	22	-	-	141	(21.846)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(468.094)	(148.632)	26.401	15.855
		(135.576)	(67.073)	800.591	746.611
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	5	(1.796)	4.751	(9.152)	(21.592)
Impostos a recuperar		209	14.981	137	(75.008)
Despesas antecipadas e outros ativos		(1.199)	(226)	(14.194)	(3.774)
Depósitos e bloqueios judiciais		(23.108)	(180)	(145.437)	24.193
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		366	(299.343)	24.340	(296.465)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.705	1.126	3.648	(149)
Obrigações fiscais	13	50.639	(10.294)	395.360	312.882
Provisão para manutenção (pagamentos)	15	-	-	(91.765)	(43.066)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (pagamentos)	14	(2.285)	(2.696)	(45.162)	(41.193)
Apropriação da outorga variável		-	-	468	1.373
Outras contas a pagar		383	(168)	3.362	(1.324)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(23.206)	(16.789)	(345.593)	(278.454)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		1.708	(308.838)	(223.988)	(422.577)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos Recebidos		141.907	411.018	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	(1.438)	(1.185)	(154.402)	(76.709)
Aumento de capital em controlada	7c	(24.000)	(15.885)	-	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		116.469	393.948	(154.402)	(76.709)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Debêntures:					
Captação	10	-	-	-	378.064
Pagamento de principal	10	-	-	(189.838)	(516.789)
Pagamentos de juros	10	-	-	(199.418)	(113.248)
Recebimento (liquidação) de instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	17.232	24.420
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(372.024)	(227.553)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.398)	18.037	50.176	19.772
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4	18.087	50	572.088	552.316
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	4	689	18.087	622.264	572.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”) é uma holding, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), que é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, e em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias concluídas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão seria até 18 de julho de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido até 14 de setembro de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida o reequilíbrio e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021). Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 25, de 01 de abril de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022).

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023.

Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste.

Em 01 de dezembro de 2022 o Governo do Estado de São Paulo homologou a licitação do lote Noroeste Paulista referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que contempla o sistema rodoviário administrado pela Companhia, em leilão na sede da B3, em São Paulo. Após a homologação, o grupo vencedor foi convocado em 13 de dezembro de 2022, via publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para adotar os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão.

A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Caso, não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência.

A Triângulo do Sol concluiu os compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão.

Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Itu, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 27, de 03 de junho de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 115 dias, a partir de 03 de julho de 2028. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 26 de outubro de 2028. Durante o período de prorrogação será devido ao Poder Concedente o valor referente à outorga variável sobre as receitas de pedágio apuradas no período.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão.

i) Rodovias das Colinas S.A. e Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Triângulo do Sol e Colinas são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 8,06% baseados na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, a vigorar a partir de 1º de julho de 2021.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselhor Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo. A ARTESP junto com o Governo e as Concessionárias,

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

estudará formas de promover soluções contratuais e financeiras, a serem implementadas de imediato, a fim de mitigar qualquer desequilíbrio.

Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), no âmbito do Processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição será mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados às controladas Triângulo do Sol e Colinas no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022.

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”) é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; e as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

A Nascentes das Gerais assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado.

Estimativas de Investimentos, recuperação e manutenção

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Colinas	Nascentes das Gerais	Triângulo	
	Previsão de 2023	Previsão de 2023 a 2028	Previsão de 2023	Total
Recuperação e Manutenção	43.577	151.695	37.399	232.671
Infraestrutura	-	433.251	-	433.251
Total dos custos	43.577	584.946	37.399	665.922

As estimativas de investimentos foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 15.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros,

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

cidade de Salto, São Paulo, Brasil, que iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany. O referido Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi aditado em 28 de fevereiro de 2023, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 (a), com o objetivo de alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação para o dia 01 de maio de 2023, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindi-lo.

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência.

Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.

A Soluciona Conservação Rodoviária, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Matão/SP, na Rua Elias Raimundo de Brito, n.º 1860, bairro Nova Cidade, que iniciou suas operações em 26 de julho de 2016, e tem por objeto a prestação de serviços, para as concessionárias do Grupo AB Concessões, de conservação dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário, exercidos dentro dos limites da faixa de domínio.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14 de abril de 2023.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- (a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- (c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento.

O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas a seguir:

a) *Contabilização do contrato de concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

d) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irreatável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.2. Instrumentos de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com juros das debêntures como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”.

Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge” de valor justo.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 7.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 13. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.7. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.9. Provisão para manutenção

A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.10. Reconhecimento da Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas brasileiras de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$148.173, (R\$70.812 em dezembro de 2021), e custo de construção nos mesmos valores.

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.11 Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

2.12. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica “Lucros retidos” e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Novas normas

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

b) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguro
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	39	43	18.471	9.666
Aplicações financeiras (a)	650	18.044	603.793	562.422
Total	689	18.087	622.264	572.088

- (a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração média 95% a 98% em 31 de dezembro de 2022 (96% a 97% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	103.255	95.185
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.352	69.251
ARTESP - ressarcimento (c)	7.205	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	1.729	1.631
Outras	9.129	8.246
Provisão para perdas de créditos esperada	(14.732)	(12.749)
Total	175.938	168.769
Circulante	106.586	99.518
Não circulante	69.352	69.251

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da controlada Colinas foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 26/2019. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A controlada Colinas aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados das controladas Colinas e Triângulo.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, decorrente da apuração dos indicadores de desempenho, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Concessionária Rodovia MG 050 S/A, cujos valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente e do Poder Concedente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Início do exercício	(12.749)	(9.410)
Adições à provisão no exercício	(4.028)	(3.376)
Reversões no exercício	2.045	37
Em 31 de dezembro de 2022	(14.732)	(12.749)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	104.270	89.218
Vencidos:		
Até 30 dias	1.240	629
De 31 a 90 dias	855	1.066
Acima de 90 dias	84.305	90.605
	<u>190.670</u>	<u>181.518</u>

6. Tributos e encargos a recuperar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572
IRPJ / CSLL - pagamento a maior	5.107	11.217
IRRF - Aplicações Financeiras	7.841	2.484
Outros Tributos	2.580	1.964
Tributos e encargos a recuperar	<u>85.901</u>	<u>86.038</u>
Circulante	15.528	15.665
Não Circulante	70.373	70.373

- (a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos pela controlada Triângulo do Sol S/A, em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol S/A nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal (vide nota explicativa n.º 8).

7. Investimentos

Controladora

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluciona, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Participação no investimento	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Rodovias do Tietê (i)	Soluciona	Total
	100%	100%	100%	50%	100%	
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	204.423	459.447	1.399.020	-	-	2.062.890
Resultado de equivalência patrimonial	(74.784)	214.501	185.974	(13.519)	(1.662)	310.510
Amortização da mais valia de ativos (c)	-	(72.102)	(89.776)	-	-	(161.878)
Dividendos distribuídos (a)	-	(295.584)	(296.494)	-	-	(592.078)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	-	-	-	13.519	-	13.519
Aumento de capital em controlada (b)	302.569	-	-	-	500	303.069
Saldo em 31 de dezembro de 2021	432.208	306.262	1.198.724	-	(1.162)	1.936.032
Resultado de equivalência patrimonial	(36.636)	340.991	279.343	(26.401)	572	557.869
Amortização da mais valia de ativos (c)	-	-	(89.775)	-	-	(89.775)
Dividendos distribuídos (a)	-	(397.473)	(69.835)	-	-	(467.308)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	-	-	-	26.401	-	26.401
Aumento de capital em controlada (b)	24.000	-	-	-	-	24.000
Ajuste de exercícios anteriores (e)	17.560	-	-	-	-	17.560
Saldo em 31 de dezembro de 2022	437.132	249.780	1.318.457	-	(590)	2.004.778

(a) Em 26 de janeiro de 2021, a controlada Rodovia das Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$150.000, oriundos da Reserva de Lucros.

Em 24 de março de 2021 as controladas Rodovias das Colinas e Triângulo do Sol realizaram Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$250.000 e R\$100.000, respectivamente, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em 30 de abril de 2021 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 33.308, oriundo da conta de reserva de lucros.

Em 14 de setembro de 2021 a controlada Triângulo do Sol realizou a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 162.276, sendo R\$ 71.000 oriundos da conta de reserva de lucros, e R\$ 91.276 oriundos do resultado apurado até 30 de junho de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro 2021, a controlada Rodovia das Colinas reconheceu dividendos mínimos obrigatórios a pagar no montante de R\$46.494.

Em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido, da controlada Triângulo do Sol, do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R\$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da controlada em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R\$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da controlada. Este último, item (b), foi retificado em 04 de agosto de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária, para R\$ 71.000. Adicionalmente, na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$148.554, sendo R\$ 71.000 oriundos da conta de Reserva de lucros, apurados em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 77.554 oriundos do resultado apurado em 31 de março de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$196.694, da controlada Triângulo do sol, oriundos da conta de Reserva de Lucros, apurados até 30 de setembro de 2022.

(b) Em 24 de março 2021, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$302.569 (mediante a compensação integral da Subordinada da 4ª Emissão no valor de R\$287.183 e a diferença de R\$15.386 em dinheiro) com a emissão de 756.421.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas no ato.

Em 29 de dezembro 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

(c) Em 31 de dezembro de 2022, a mais valia decorrente da aquisição da controlada Colinas totalizava R\$ 538.653 (a mais valia decorrente da aquisição da controlada Triângulo do Sol foi totalmente amortizada até 30 de setembro de 2021), cujos valores estão sendo amortizados de forma proporcional até o prazo final da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a amortização destes valores de mais valia foi de R\$ 89.775 (R\$ 89.776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) para a controlada Colinas e R\$ 72.104 no período findo em 30 de setembro de 2021 para a controlada Triângulo do Sol.

(d) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, "b".

(e) Reversão de R\$ 17.560 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores.

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê (a)
Participação - %	100	100	100	100	50
Ativo circulante	93.410	384.528	458.762	4.420	123.672
Ativo não circulante	1.039.137	331.219	2.107.221	1.683	2.060.829
Passivo circulante	170.238	318.704	752.147	4.376	2.446.882
Passivo não circulante	525.173	147.265	1.034.033	2.318	498.375
Patrimônio líquido	437.136	249.778	779.803	(590)	(760.756)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(36.636)	340.991	279.343	572	(164.762)

(a) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, e não há obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) da Companhia em nome da controlada em conjunto.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$ 5.785, classificado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

8. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem, principalmente, ao saldo de diferenças temporárias decorrentes de obrigações fiscais cuja exigibilidade de crédito está suspensa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	Controladora		
	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2021
<u>Ativo</u>			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	5.653	1	5.654
Obrigações Fiscais	91.322	22.790	68.532
Arrendamento mercantil	-	(219)	219
Base de cálculo	96.976	22.572	74.405
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	32.972	7.674	25.298

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2021
<u>Ativo</u>			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 14	332.859	8.896	323.964
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	330.137	196.284	133.853
Obrigações Fiscais	140.453	13.185	127.268
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (d)	109.823	(16.809)	126.632
Arrendamento mercantil	-	(423)	423
Provisão para perda de crédito esperada - nota 5	14.732	1.983	12.749
Provisão para manutenção	160.001	(59.262)	219.263
Base de cálculo	1.088.005	143.853	944.152
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	369.921	48.909	321.012
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	37.494	(6.818)	44.312
Total do crédito	407.415	42.091	365.324

	Consolidado		
	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2021
<u>Passivo</u>			
Diferenças temporárias:			
Outros ativos	28.123	6.692	21.431
Encargos financeiros antecipados (b)	24.898	(6.008)	30.906
Instrumentos financeiros derivativos	(319)	(17.374)	17.055
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	161.372	(24.207)	185.579
Juros de debêntures capitalizados	2.987	(317)	3.304
Atualização de depósitos judiciais sobre o ágio	14.003	14.003	-
Direito de concessão adquirido	816.140	(136.024)	952.164
Base de cálculo	1.047.204	163.235	1.210.439
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	356.049	55.500	411.549

Tributo diferido passivo líquido	51.366	97.591	(46.225)
----------------------------------	---------------	---------------	-----------------

Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:

Composição por empresa

Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões	32.972	7.674	25.298
Colinas	95.064	12.257	82.807
Nascentes das Gerais	141.293	31.293	110.000
Soluciona	1.038	(330)	1.368
Triângulo do Sol	58.487	449	58.038
	328.854	51.343	277.511
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões (c)	(277.488)	46.248	(323.736)
Tributo diferido passivo líquido	51.366	97.591	(46.225)

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente realizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo n° 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pelas controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol, referente aos trimestres dos anos de 2016 à 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 55.516 e R\$ 81.111, respectivamente, com o consequente pedido de

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ágio pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa n.º 6). Adicionalmente, durante o ano de 2022 a controlada, Rodovia das Colinas, efetuou depósitos judiciais referente aos períodos de 03/2022, 06/2022 e 09/2022 no valor total de R\$ 5.113. Em 31 de dezembro de 2022 o montante registrado totaliza R\$141.740.

- (b) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação das debêntures.
- (c) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.
- (d) O montante líquido de R\$ 109.823 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 126.632 em 31 de dezembro de 2021) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(243.516)	17.082
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>82.795</u>	<u>(5.808)</u>
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(346)	(11.475)
Rendimento sobre debêntures ativas	(333.505)	(67.830)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>159.152</u>	<u>50.535</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(91.903)</u>	<u>(34.578)</u>
Correntes	(99.577)	(39.378)
Diferidos	7.674	4.800
Alíquota efetiva dos impostos	37,74%	202,42%
	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.792	146.814
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.709)</u>	<u>(49.916)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	8.288	(20.384)
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(569)	(11.778)
Rendimento sobre debêntures ativas	(333.505)	(67.830)
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(11.742)	(9.011)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(8.976)</u>	<u>(5.391)</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(352.213)</u>	<u>(164.310)</u>
Correntes	(449.804)	(276.634)
Diferidos	97.591	112.324
Alíquota efetiva dos impostos	2097,50%	111,92%

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

9. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.269.896	107.157	20.199	3.282.252	6.679.504
Adições	84.177	-	704	-	84.881
Baixas	(4.287)	-	-	-	(4.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.349.786	107.157	20.903	3.282.252	6.760.098
Adições	147.968	-	880	-	148.848
Baixas	(1.327)	-	-	-	(1.327)
Saldo 31 de dezembro de 2022	3.496.427	107.157	21.783	3.282.252	6.907.619
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.825.512)	(97.349)	(18.469)	(2.084.820)	(4.026.150)
Adições	(171.598)	(2.434)	(785)	(211.267)	(386.084)
Baixas	1.855	-	-	-	1.855
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.036.845)	(100.046)	(19.422)	(2.330.092)	(4.486.405)
Adições	(141.879)	(1.033)	(592)	(136.023)	(279.527)
Transferências	(4.977)	-	-	-	(4.977)
Baixas	1.318	-	-	-	1.318
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.182.383)	(101.079)	(20.014)	(2.466.115)	(4.769.591)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.312.941	7.111	1.481	952.160	2.273.693
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.314.044	6.078	1.769	816.136	2.138.027
Taxa média (a.a.)	5,85%	1,29%	3,78%	5,53%	
Ativo intangível					2.021.559
Ativo contratual					116.468
Total ativo da concessão					2.138.027

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo n° 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo n° 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada de forma linear pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.
- (d) O montante de R\$ 279.527 refere-se à: i) despesa de amortização no montante de R\$ 300.239, reconhecido no resultado, conforme nota explicativa n.º 18 e ii) reversão de R\$ 17.560 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

10. Debêntures - Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
<u>Colinas (b)</u>					
4ª emissão:					
3ª série (a)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	163.523	300.407
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	88.816	125.491
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	412.564	412.005
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	105.291	105.149
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/2026	402.674	402.143
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/2023	100.647	100.513
<u>Nascentes das Gerais</u>					
5ª emissão: (c)	400	100% IPCA + 5,97% a.a.	Dezembro/2030	443.434	425.660
Total				1.716.949	1.871.368
Custo de transação				(24.899)	(30.907)
Saldo líquido				1.692.050	1.840.461
Circulante				451.102	202.457
Não circulante				1.240.948	1.638.004

- (a) Essas operações estão sendo mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 22).
- (b) As escrituras da 4ª, 5ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a controlada Rodovia das Colinas não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.
- (c) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e será atualizada monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>31/12/2022</u>
2024	418.072
2025	391.410
2026	205.873
2027	8.846
2028	58.828
2029	61.039
2030	116.329
Custo de transação	(19.449)
	1.240.948

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

11. Transações com partes relacionadas

Saldo patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	909	87	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	1.422	921	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	1.342	869	-	-
	3.673	1.877	-	-
Dividendos a receber de controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	168.859	111.948	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	189.869	1	-	-
	358.728	111.949	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Dividendos a receber de controlada:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	5.785	5.785	-	-
Debêntures a receber de outras partes relacionadas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	1.616.905	2.135.250	1.616.905	2.135.250
Saldos patrimoniais	Controladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços – outras partes relacionadas:				
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	-	167	-	167
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Debêntures a pagar a controladas (d):				
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	107.712	174.783	-	-
Total do passivo circulante	107.712	174.950	635	802
Debêntures a pagar a controladas (d):				
Rodovias das Colinas S.A.	1.029.727	901.578	-	-
Total	1.029.727	901.578	-	-
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A (f)	262.906	231.119	-	-
Total	262.906	231.119	-	-
Total do passivo não circulante	1.292.633	1.132.697	-	-
Dividendos a pagar a acionistas:				

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Autostrade Conc. Participações Brasil Ltda.	95.622	95.622	95.622	95.622
Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda.	95.621	95.621	95.621	95.621
Total	191.243	191.243	191.243	191.243

Controladora		
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de prestação de serviços com controladas (a):		
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	6.407	1.037
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	8.080	10.455
Rodovias das Colinas S.A.	13.065	11.033
Total	27.552	22.525
Receitas (despesas) operacionais:		
Outras partes relacionadas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	(518.345)	-
Total	(518.345)	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Outras partes relacionadas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	-	-
Controladas e Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	26.401	13.519
Concessionária Rodovia MG-050	-	5.174
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (d)	(19.779)	(16.275)
Rodovias das Colinas S.A. (d)	(159.936)	(63.380)
Total	(153.314)	60.962

Consolidado		
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais:		
Outras partes Relacionadas:		
Haulimau Empreendimentos e Participações LTDA.	-	(34.657)
		<u>(34.657)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	26.401	13.519
Total	26.401	13.519

- (a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas com as controladas, referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são arcados inicialmente pela Companhia e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Linesa International Holding B.V., para a controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 7, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2021, a controlada em conjunto obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

o mesmo entre em vigência. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 167.993.

- (c) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento, em 31 de julho de 2028, os quais tem sido integralmente provisionados para perda. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$ 518.345 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures a receber de partes relacionadas contam com a garantia do penhor dos dividendos da Garantidora.
- (d) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em 24 de março de 2021, foi aprovada a compensação de dividendos a receber das controladas Triângulo do Sol e Rodovia das Colinas, com parte do saldo da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, emitida em 29 de junho de 2012, nos valores de R\$199.482 e R\$99.144, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$ 102.825, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol. Em 14 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$77.209, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol, além da alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022.
- (e) Refere-se à prestação de serviços / retenções contratuais relacionadas a obras de duplicação.
- (f) Saldo de mútuo com a controlada Rodovia das Colinas, sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a Companhia, com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 17 de dezembro de 2021, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2024.

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários	6.993	6.357
Encargos	1.922	1.885
Outros benefícios	2.301	1.759
Total	11.216	10.001

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários	12.255	11.126
Encargos	3.311	3.241
Outros benefícios	2.787	2.197
Total	18.353	16.564

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada, nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

12. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de março de 2000, e junho de 1998, respectivamente.

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcela Variável	3.870	3.402
Total	<u>3.870</u>	<u>3.402</u>
Circulante	3.870	3.402

O ônus variável da controlada Colinas corresponde a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A partir de setembro de 2021 o ônus variável da controlada Triângulo do Sol corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão determinado, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. Até agosto de 2021 a alíquota aplicada foi de 1,5%.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos ao Poder Concedente pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol os montantes de R\$ 3.444 e R\$ 22.910, respectivamente (R\$ 10.908 e R\$ 12.907, em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

13. Obrigações Fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28.285	15.383	118.879	86.365
PIS e COFINS s/ receitas financeiras (a)	91.322	68.532	134.222	124.089
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	-	-	11.474	7.979
Imposto Sobre Serviços – ISS	-	-	11.119	7.312
Outros	40	71	1.701	1.882
Total	<u>119.647</u>	<u>83.986</u>	<u>277.395</u>	<u>227.627</u>
Circulante	30.385	15.454	145.233	103.538
Não circulante	89.262	68.532	132.162	124.089

(a) Conforme nota explicativa nº 13, a Companhia impetrou Mandado de Segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais realizados pela Companhia e suas controladas. Em 13 de dezembro de 2022, a controlada, Triângulo do Sol, requereu em Agravo em Recurso Extraordinário, a desistência da ação mandamental originária, bem como do Agravo no referido Recurso Extraordinário, com a consequente conversão dos depósitos judiciais realizados em renda em favor da União Federal, e a extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156, VI, do Código Tributário Nacional.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº. 24, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, na rubrica de Outros Ativos, no montante de R\$ 28.123 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21.431 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	Consolidado					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	
Riscos:						
Cíveis (a)	74.618	16.377	(6.296)	(14.490)	7.778	77.987
Trabalhistas (b)	199.098	26.816	(13.532)	(12.532)	20.516	220.366
Tributários	1.096	-	(825)	-	25	296
Outras contingências (c)	49.152	7.805	(11.975)	(18.140)	7.369	34.211
Total	323.964	50.998	(32.628)	(45.162)	35.688	332.860

	Consolidado					31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	
Riscos:						
Cíveis (a)	73.073	18.785	(15.774)	(8.908)	7.442	74.618
Trabalhistas (b)	121.943	94.858	(8.331)	(24.577)	15.704	199.597
Tributários	2.104	-	(1.113)	(5)	110	1.096
Outras contingências (c)	32.441	49.139	(25.224)	(7.703)	-	49.152
Total	229.561	162.782	(50.442)	(41.193)	23.256	323.964

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores

(c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$ 163.090 (R\$ 130.169 em 31 de dezembro de 2021), trabalhistas no valor de R\$ 24.156 (R\$ 18.085 em 31 de dezembro de 2021), administrativos no valor de R\$ 35.789 (R\$ 36.857 em 31 de dezembro de 2021) e tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 128.140 (R\$ 44.150 em 31 de dezembro de 2021), ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordo confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis e trabalhistas	5.424	5.283	192.764	42.526
Processos tributários (a)	89.262	67.068	287.674	122.550
Bloqueios judiciais (b)	2.842	2.069	172.328	185.822
Total de depósitos judiciais	97.528	74.420	652.766	350.898

- (a) O montante de R\$ 287.674 (R\$ 122.550 em 31 de dezembro de 2021) compreende principalmente: i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia e sua controlada, Rodovia das Colinas, possuíam depósitos judiciais relativos à discussão judicial sobre incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, e possuíam Obrigações Fiscais, referente ao referido depósito, no montante de R\$ 131.073 (R\$ 121.878 em 31 de dezembro de 2021). Em 13 de dezembro de 2022, a controlada, Triângulo do Sol, requereu em Agravo em Recurso Extraordinário, a desistência da ação mandamental originária, bem como do Agravo no referido Recurso Extraordinário, com a consequente conversão dos depósitos judiciais realizados em renda em favor da União Federal, e a extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156, VI, do Código Tributário Nacional; e ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia e suas controladas possuíam depósitos judiciais relativos à discussão judicial sobre o benefício fiscal calculado sobre a amortização do ágio decorrente da aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas, no montante de R\$ 155.744 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais referente a outras naturezas no montante de R\$ 857 (R\$ 672 em 31 de dezembro de 2021).
- (b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 2.842 na controladora e R\$ 172.328 no consolidado (R\$ 2.069 e R\$ 185.822, em 31 de dezembro de 2021), referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

15. Provisão para manutenção e investimentos - Consolidado

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 12,62 % ao ano (10,61% ao ano, em 2021).

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	88.838	65.417	154.255
Constituição da provisão	89.393	6.153	95.546
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(17.293)	-	(17.293)
Realização da provisão	(43.066)	(1.637)	(44.703)
Ajuste a valor presente – realização	3.470	5.742	9.212
Saldos em 31 de dezembro de 2021	121.342	75.675	197.017
Constituição da provisão	135.807	20.507	156.314
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(16.404)	(18.226)	(34.630)
Realização da provisão	(91.765)	(17.556)	(109.321)
Ajuste a valor presente - realização	11.021	7.249	18.270
Saldos em 31 de dezembro de 2022	160.001	67.649	227.650
Circulante	118.405	17.818	136.223
Não circulante	41.596	49.831	91.427
Total	160.001	67.649	227.650

16. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

Lucros retidos e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O lucro remanescente, ao fim de cada exercício social, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Lucros Retidos” conforme proposta da administração, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

17. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio	1.659.407	1.385.258
Outras receitas - contraprestação pecuniária	18.767	17.033
Outras receitas – receitas acessórias	28.960	23.056
Receita de serviços de construção	148.173	70.812
Receita bruta	1.855.307	1.496.159
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(83.574)	(69.856)
PIS	(11.102)	(9.279)
COFINS	(51.238)	(42.827)
Receita operacional líquida	1.709.393	1.374.197

18. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de depreciação e amortização	(1.667)	(1.750)
Despesas com prestadores de serviços	(4.884)	(4.566)
Despesas com funcionários	(8.740)	(14.864)
Despesas com materiais e equipamentos	(77)	(302)
Outras despesas	(92)	(1.975)
Constituição de provisão para contingências	(2.285)	(3.800)
Outras receitas, líquidas	23	181
Total	(17.722)	(27.076)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(17.826)	(27.257)
Outras receitas operacionais, líquidas	105	181
Total	(17.722)	(27.076)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(167.452)	(110.251)
Despesas de depreciação e amortização (a)	(300.239)	(465.618)
Despesas com o ônus variável da concessão	(36.187)	(25.188)
Despesas com prestadores de serviços	(104.260)	(95.168)
Despesas com funcionários	(140.680)	(125.550)
Despesas com materiais e equipamentos	(49.447)	(32.128)
Custos com construção	(148.173)	(70.812)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(54.058)	(133.333)
Reversão (Constituição) Reembolso de seguro	6.692	1.625
Outras despesas	(15.845)	(15.664)
Outras receitas	52.954	39.709
Total	(956.698)	(1.032.378)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(706.174)	(610.376)
Despesas gerais e administrativas	(273.834)	(434.247)
Outras receitas operacionais, líquidas	23.312	12.245
Total	(956.698)	(1.032.378)

- (a) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível, nos valores de R\$ 623 e R\$ 297.086 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente (R\$ 509 e R\$ 462.126 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.983 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

19. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Outros	1.161	2.044
Juros com partes relacionadas (nota 11)	26.401	18.694
	27.562	20.739
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas (nota 11)	(179.715)	(79.654)
Comissões bancárias e outras	(23.355)	(10.843)
Outras despesas financeiras líquidas	(35)	(68)
	(203.105)	(90.565)
Resultado financeiro	(175.543)	(69.826)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	55.127	21.017
Juros com partes relacionadas (nota 11)	26.401	13.519
Receitas com instrumentos financeiros – hedge	34.976	40.423
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	138.350	17.467
Outras receitas financeiras	14.515	2.201
	269.369	94.627
Despesas financeiras:		
Variação do ajuste a valor presente	(18.270)	(9.212)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(239.378)	(175.328)
Despesas com instrumentos financeiros – hedge	(23.725)	-
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(149.742)	(36.043)
Comissões bancárias e outras	(24.970)	(13.111)
Outras despesas financeiras	(2.458)	(2.097)
	(458.543)	(235.791)
Resultado financeiro	(189.174)	(141.164)

20. Resultado básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	(335.419)	(17.496)
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação - básico (em R\$)	(1.602,93)	(83,61)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no prejuízo por ação, portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

21. Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

a) Informações suplementares

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a recuperar – IRRF	-	(15.386)
Obrigações Fiscais	8.228	41.950
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	8.228	26.564
Aumento de capital em controlada	-	(287.183)
Debêntures com partes relacionadas (ativa)	-	302.569
Dividendos recebidos – compensação	78.622	436.711
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	78.622	452.097
Debêntures com partes relacionadas (passivo)	(86.850)	(478.661)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(86.850)	(478.661)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	(12.558)	(4.141)
Utilização de provisão de investimento na aquisição do ativo intangível	10.359	1.637
Provisão para investimentos a realizar - intangível	(13.311)	(6.153)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(15.510)	(8.657)
Aquisições do intangível	15.510	8.657
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	15.510	8.657

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b) Dividendos recebidos

A Companhia classifica os dividendos recebidos como um fluxo de caixa das atividades de investimento, visto tratar-se de retorno sobre os investimentos realizados nas Companhias controladas.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia e suas controladas, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (ii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na Nota 11, e incorporam taxas de juros a receber até a data do balanço.
- (iii) Credor pela concessão, refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa n.º 12.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	1.620.578	2.137.127
Dividendos a receber	364.512	117.734
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.004	3.638
Debêntures com partes relacionadas	1.137.439	1.076.361
Mútuo com partes relacionadas	262.906	231.119
	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	1.616.905	2.135.250
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	175.938	168.769
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	83.790	72.010
Debêntures	1.553.426	1.570.961
Credor pela concessão	3.870	3.402

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures e Mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (Ativas) com partes relacionadas (a)	1.616.905	1.674.399	2.135.250	2.384.053

- (a) Os valores contábeis correspondem a R\$ 2.727.242 em 31 de dezembro de 2022, deduzidos de provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$ 1.110.336, (R\$ 591.991 reconhecida em 31 de dezembro de 2020 e 518.345 reconhecida em 31 de dezembro de 2022) conforme mencionado na nota explicativa n.º 10, "c".

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Mútuo (Passivos) com Partes Relacionadas	1.400.345	1.424.267	1.307.480	1.345.851

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (a)	1.529.002	1.566.869	1.541.783	1.620.005

(a) Valores líquidos (exceto 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 9.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

b) Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras intermediárias condensadas (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 10, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “*offset swaps*”, com taxas opostas às dos *swaps* contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “*swaps*” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros derivativos –hedge	68.820	120.303
Instrumentos financeiros derivativos	60.820	96.397
Debêntures (a)	163.523	300.407

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- (a) Conforme informado na nota n.º 9, as debêntures de 4ª emissão – 3ª série – emitidas pela controlada Rodovia das Colinas S/A estão sendo mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Rodovia das Colinas mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Em 12 de junho de 2013 a controlada Colinas contratou “*swap*” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “*hedge*”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo.

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência ("notional")	Valor justo ("fair value") 31/12/2022	Valor justo ("fair value") 31/12/2021	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	60.310	114.087	(53.777)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	94.846	179.419	(84.573)
Total				257.265	155.156	293.506	(138.350)
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CD I+ 0,69%	100.000	33.569	67.354	33.785
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	52.767	105.848	53.081
Total				257.265	86.336	173.202	86.866
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar					68.820	120.304	
Instrumentos financeiros, líquidos							(51.484)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							(1.468)
Recebimento de instrumento financeiro							64.202
Efeito acumulado no resultado do exercício							11.251

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo ("fair value") 30/09/2022	Valor justo ("fair value") 31/12/2021	Efeito acumulado valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	36.693	76.690	(39.997)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	57.643	120.419	(62.776)
Total				257.265	94.336	197.109	(102.773)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	60.310	114.087	(53.777)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	94.846	179.419	(84.573)
Total				257.265	155.156	293.506	(138.350)
Instrumentos financeiros, líquido					(60.820)	(96.397)	35.577
Pagamento de Instrumento Financeiro							(46.971)
Efeito acumulado no resultado do exercício							(11.392)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 1.468 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 31.507 em 31 de dezembro de 2021) e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI e do IPCA, relativos a debêntures a receber de partes relacionadas, e debêntures a pagar em reais.

Exceto com relação às debêntures de 3ª série da 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas, onde existem instrumentos de derivativo que amenizam o efeito do IPCA.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2022.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	-	13,42%	16,78%	20,13%
Debêntures indexador				
Debêntures – Colinas	(1.029.727)	(157.399)	(192.515)	(227.630)
Debêntures – Triângulo	(107.712)	(16.464)	(20.138)	(23.811)
Mútuo – Colinas	(262.906)	(38.562)	(47.480)	(56.397)
Total	(1.400.345)	(212.426)	(260.132)	(307.838)
Aplicações financeiras e mútuo - Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI (b)	651	80	100	119
Mútuo – CDI (c)	167.993	23.497	29.372	35.246
Exposição líquida – perda	(1.231.701)	(188.849)	(230.661)	(272.473)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(41.812)	(83.624)

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2022.

(b) Ver Nota n.º 3.

(c) Ver Nota n.º 10 (referência "b")

O impacto da variação do CDI sobre as debêntures ativas não foram considerados na análise de sensibilidade acima, uma vez que a receita financeira sobre essas debêntures são integralmente provisionadas para perda.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia e suas controladas interrompem a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As controladas apresentam valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	689	18.087
Contas a receber de partes relacionadas	3.673	1.877
Dividendos a receber	364.512	117.734
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	2.135.250

Valor Contábil	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	622.264	572.088
Contas a receber de cliente e do poder concedente	175.938	168.769
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	2.135.250
Instrumentos financeiros derivativos	8.001	23.906

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício :

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	175.939	-	106.587	-	106.587	69.352	-	-	69.352	175.939
Debêntures - partes relacionadas	1.292.633	(1.477)	-	234.096	234.096	1.057.059	-	-	1.057.059	1.291.155
Contas a receber - partes relacionadas	107.712	76.708	-	184.420	184.420	-	-	-	-	184.420
Instrumentos financeiros líquidos	68.820	(3.126)	-	65.694	65.694	-	-	-	-	65.694
Outras contas a receber	13.902	-	-	13.902	13.902	-	-	-	-	13.902
Total	1.659.006	72.105	106.587	498.112	604.699	1.126.411	-	-	1.126.411	1.731.110
Passivos:										
Debêntures – principal (b)	(1.643.327)	(166.200)	-	(425.868)	(425.868)	(650.380)	(392.137)	(341.142)	(1.383.659)	(1.809.527)
Debêntures – juros	(65.302)	(444.419)	-	(193.735)	(193.735)	(183.954)	(84.411)	(47.622)	(315.987)	(509.722)
Credor pela concessão (c)	(3.870)	-	(3.870)	-	(3.870)	-	-	-	-	(3.870)
Fornecedores e partes relacionadas	(84.516)	-	(30.722)	(53.794)	(84.516)	-	-	-	-	(84.516)
Instrumentos financeiros líquidos	(60.820)	118.501	-	(57.681)	(57.681)	-	-	-	-	(57.681)
Passivo de arrendamento	(5.636)	-	(759)	(2.277)	(3.036)	(2.600)	-	-	(2.600)	(5.636)
Outras contas a pagar	(10.140)	-	(4.555)	(5.585)	(10.140)	-	-	-	-	(10.140)
Total	(1.873.611)	(492.118)	(39.906)	(738.940)	(778.846)	(836.934)	(476.548)	(388.764)	(1.702.246)	(2.481.092)
Exposição líquida	(214.605)	(420.013)	66.681	(240.828)	(174.147)	289.477	(476.548)	(388.764)	(575.835)	(749.982)

- (a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2022 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.
(c) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

23. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Dívida - partes relacionadas	1.400.345	1.307.480
Caixa e equivalentes de caixa	(689)	(18.087)
Dívida Líquida	1.399.656	1.289.393
Patrimônio líquido	2.360.542	2.714.850
Índice de endividamento líquido	0,59	0,47

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Dívida - debêntures (a)	1.716.949	1.871.368
Caixa e equivalentes de caixa	(622.264)	(572.088)
Dívida Líquida	1.094.685	1.299.280
Patrimônio líquido	2.360.542	2.714.850
Índice de endividamento líquido	0,46	0,48

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 9.

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,46 em 31 de dezembro de 2022 (0,48 em 31 de dezembro de 2021), como resultado da 4ª, 5ª, 9ª, e 10ª emissões de debêntures públicas da controlada Rodovias das Colinas, e 5ª emissão de debêntures públicas da controlada Nascentes das Gerais, conforme nota explicativa n.º 9, cujos recursos foram destinados para usos gerais e reforço de caixa das controladas.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	82.908	Outubro/2023
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	182.850	Outubro/2023
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	224.282	Outubro/2023
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	779.981	Setembro/2023
Seguro-garantia	Garantia de ampliação de concessão	127.020	Setembro/2023

25. Eventos subsequentes

- Em 12 de abril de 2023 foi assinado o Contrato de Concessão referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022 (vide nota explicativa 1) entre a licitante vencedora e o Estado de São Paulo, por intermédio da SPI - Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente"), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial ("Data da Assunção"), do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, composto pelos trechos rodoviários atualmente operados pela controlada Triângulo do Sol e outras.
- Em 15 de março de 2023 o processo relativo à discussão judicial sobre a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras mencionado nas notas explicativas n.º 13 e 14 transitou em julgado, mantendo a exigibilidade dos tributos questionados pela Companhia. As obrigações fiscais serão liquidadas com os referidos depósitos judiciais com a conversão em renda a favor da União.
- Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovado, em Assembleia Geral de Debenturistas, pelos titulares da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - o segundo aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Companhia, Lineas International Holding B.V. - acionistas controladores - e o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente-anuente, para alienação da totalidade das ações e dos créditos decorrentes de empréstimos intercompany detidos pelos Acionistas Controladores. Em decorrência do Aditivo, ficou alterada a data do prazo final para o fechamento da Operação para o dia 1 de maio de 2023.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- d) A Administração da Companhia analisou a decisão do STF, que em 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário, sendo que tal decisão não impacta o cenário jurídico-tributário da Companhia.